

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BANCO GM S.A.

SEMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2025

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	14
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	15
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	17

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL	18
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	20
4. DISPONIBILIDADES	26
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO	26
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO - RISCO DE CRÉDITO	29
7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO	31
8. OUTROS ATIVOS - ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA	32
9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS	33
10. ATIVO IMOBILIZADO	33
11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	34
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	38
14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	38
15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS	38
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40
17. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	40
18. DESPESA DE PESSOAL	41
19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	41
20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	41
21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	42
22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	42
23. PARTES RELACIONADAS	42
24. GERENCIAMENTO DE RISCO	44
25. ÍNDICE DE BASILEIA	48
26. EVENTO SUBSEQUENTE	49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Resolução CMN n^o 4.966/21, os quais foram adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” .

Avaliação do Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2025, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 12.452 milhões. O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.782 e os Ativos totalizaram R\$ 15.687 milhões. O índice de Basileia em 30 de junho de 2025 foi de 22,73%.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Forth Worth - Texas, EUA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletsf.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções CMN n^o 4.860/20 e n^o 4.859/20.

São Paulo, 20 de agosto de 2025.

A Administração.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN n^o 4.910/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o semestre findo em 30 de junho de 2025.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiros.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 21 de maio de 2025 e em 20 de agosto de 2025 tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 20 de agosto de 2025, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2025 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 30 de junho de 2025), conforme determinações da Resolução n^o 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central n^o 28/2020.

Em termos de efetividade das auditorias independentes, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2025, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o semestre. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Não há razões que nos levem a crer que a Diretoria adotará postura distinta em relação às eventuais recomendações que podem resultar dos trabalhos da auditoria independente a serem brevemente informadas à Diretoria para conhecimento e ação.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do primeiro semestre de 2025, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independência das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 30 de junho de 2025.

São Paulo, 20 de agosto de 2025.



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco GM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “ Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” . Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – *apresentação valores comparativos*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 30 de junho de 2025, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 12.452.186 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 292.489 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação a classificação dos créditos nos estágios previstos na norma contábil aplicável para a avaliação de nível de provisionamento, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, recuperação e realização das garantias; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) a mensuração da provisão para perda esperada, que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela diretoria; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; entre outros.



**Shape the future
with confidence**

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão de perda com risco de crédito, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto da data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os empréstimos e recebíveis e provisão para perdas sobre crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 30 de junho de 2025, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 950.001 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 30 de junho de 2025 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analizamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



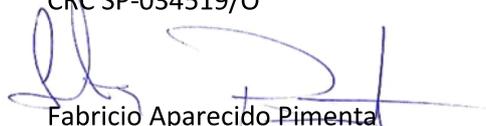
**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Jun/2025
ATIVO		
CIRCULANTE		7.106.640
Disponibilidades	4	5
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado e arrendamento	5	6.626.566
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		402.513
Operações de Crédito		6.351.785
Operações de Crédito - Setor Privado		5.977.384
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		374.401
Operações de Arrendamento Mercantil		17.910
Operações de Arrendamento - Setor Privado		17.910
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	(145.642)
(-) Operações de Crédito		(145.639)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(3)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5c	156.068
Títulos e Valores Mobiliários		156.068
Outros Ativos		324.001
Diversos	7	137.516
Ativo Fiscal Corrente	7	165.186
Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda	8a	14.155
Despesas Antecipadas	8b	7.144
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.691.914
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado e arrendamento	5	5.935.644
Operações de Crédito		6.037.093
Operações de Crédito - Setor Privado		6.037.093
Operações de Arrendamento Mercantil		45.398
Operações de Arrendamento - Setor Privado		45.398
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	(146.847)
(-) Operações de Crédito		(146.840)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(7)
Outros Ativos		1.046.030
Diversos	7	1.041.996
Despesas Antecipadas	8b	4.034
Ativo Fiscal Diferido	7	710.240
PERMANENTE		889.394
Investimentos		831.401
Participações em Controladas no País	9	831.401
Imobilizado de Uso	10	57.993
Outras Imobilizações de Uso		81.931
(-) Depreciações Acumuladas		(23.938)
TOTAL DO ATIVO		15.687.948

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Jun/2025
CIRCULANTE		7.288.599
Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado	11	6.650.915
Depósitos		4.004.916
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		2.592.897
Arrendamento		53.103
Outras Obrigações		637.684
Obrigações Fiscais Correntes	14	107.815
Diversas	13	529.869
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.617.116
Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado	11	4.402.354
Depósitos		565.292
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		3.837.061
Provisões	15	950.001
Obrigações Fiscais Diferidas	14	264.761
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.782.233
Capital	17a	2.016.479
De Domiciliados no País		2.016.471
De Domiciliados no Exterior		8
Reserva de Lucros	17c	765.754
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.687.948

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	Jun/2025
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.292.472
Operações de Crédito	17	1.231.371
Operações de Arrendamento Mercantil	17	5.347
Rendas com Aplicações Financeiras	5a	42.168
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5c	13.586
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(880.785)
Operações de Captações no Mercado	11c	(752.724)
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		(29.782)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(98.279)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		411.687
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(134.389)
Rendas de Prestação de Serviços		56.213
Rendas de Tarifas Bancárias		-
Despesas de Pessoal	18	(98.259)
Outras Despesas Administrativas	19	(168.462)
Despesas Tributárias	22	(31.216)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	69.392
Outras Receitas Operacionais	20	86.965
Despesas com Provisões	15	(33.123)
Outras Despesas Operacionais	21	(15.899)
RESULTADO OPERACIONAL		277.298
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		9.354
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		286.652
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12b	(88.946)
Provisão para Tributos Correntes		(81.437)
Provisão para Tributos Diferidos		(11.985)
Ativo Fiscal Diferido		4.476
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(18.143)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		179.563
Atribuível à Controladora		179.562
Atribuível aos Não Controladores		1
Quantidade de ações		1.141.400
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		157,32

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>Jun/2025</u>
Resultado Líquido do Período	179.563
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	179.563
Atribuível à Controladora	179.562
Atribuível aos Não Controladores	1

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros	Total
			Legal	Outras	Acumulados	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		2.016.479	233.346	341.447	-	2.591.272
Efeito Adoção Inicial Res. CMN nº 4.966/21 e 4.975/21	2	-	-	-	11.398	11.398
Resultado Líquido do Período		-	-	-	179.563	179.563
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	16c	-	8.978	-	(8.978)	-
Reservas de Lucro	16c	-	-	181.983	(181.983)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2025		2.016.479	242.324	523.430	-	2.782.233
Mutações do período		-	8.978	181.983	-	190.961

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Jun/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido Ajustado		823.922
Resultado Líquido Do Período		179.563
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso	10	4.503
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		18.850
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3f	13.473
Outras Despesas de Arrendamento		7.636
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		(2.608)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	(69.392)
Resultado na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(1.928)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		98.279
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	20	(33.079)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5c	(13.586)
Juros apropriados de Depósitos		155.392
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		344.750
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	15b	33.123
Tributos Diferidos	12e	7.509
Provisão para Tributos Correntes	12b	81.437
Variação de Ativos e Obrigações		(1.202.220)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		1.762.746
(Aumento) Redução em Outros Ativos		81.903
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(3.465)
(Aumento) Redução em Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(2.702)
Aumento (Redução) em Depósitos		(2.342.618)
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		223.063
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(98.190)
Pagamento de riscos e obrigações legais		(4.955)
Aumento (Redução) em Rendas Antecipadas		(422.160)
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(39.959)
Juros Pagos de Depósitos		(71.970)
Juros Pagos de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(214.915)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(68.997)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		(378.298)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento (Redução) em Arrendamento		6.501
Alienação de Imobilizado de Uso		5.216
Aquisição de Imobilizado de Uso	10	(8.594)
Recebimento de Dividendos	9	79.992
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		83.115
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		
		(295.183)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		697.701
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		402.518
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(295.183)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A., com sede administrativa na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, São Paulo - SP, Brasil, é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, bem como no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet.

O Banco tem como controladora final a General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e situada em Detroit, Michigan, Estados Unidos. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN.

A partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas, nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Resolução CMN nº 4.975/21 com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, no qual as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2), no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil seja tanto no papel de arrendadora, quanto no de arrendatária. Os ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram registrados em contrapartida a lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante devedor de R\$ 1.637 líquido dos efeitos tributários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

A Resolução CMN nº 4.966/21 foi adotada na mesma data e alterou a classificação, reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros. Os ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram registrados em contrapartida a lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante credor de R\$ 13.035 líquido dos efeitos tributários, não havendo remensuração nos saldos de períodos anteriores. O Banco classifica os instrumentos financeiros com base no modelo de negócio aprovado pela Administração, para gestão de ativos e passivos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas. A classificação e seus efeitos sobre a posição patrimonial e financeira estão demonstrados nas Notas 5 e 6. Em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta resolução, considera-se a dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

- a) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- c) CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- d) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- e) CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- f) CPC 06 (R2) – Arrendamentos - homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21;
- g) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- j) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- l) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- o) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado parcialmente pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 20 de agosto de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

d) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*” e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

e) Instrumentos Financeiros

i. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado do período. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são avaliados periodicamente pelo valor justo, com os ganhos e perdas decorrentes da variação no valor justo reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são instrumentos de dívida que atendem aos critérios do modelo de negócios cujo objetivo é tanto receber fluxos de caixa contratuais quanto vender os ativos financeiros, e cujos fluxos de caixa são exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo, sendo que os ganhos e perdas não realizados decorrentes da variação no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em vez de serem levados diretamente ao resultado do período. Os juros auferidos, calculados com base na taxa efetiva de juros, são reconhecidos no resultado como receita financeira. Quando da baixa do ativo financeiro, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado quando atendem simultaneamente aos critérios onde o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros alternativo, que consiste no reconhecimento proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato.

Os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado como receita financeira, com base na taxa efetiva de retorno do ativo. Eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas com base no modelo de perda esperada de crédito.

iv. Operações de arrendamento mercantil

Um contrato de arrendamento é classificado como arrendamento financeiro quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo para o arrendatário. Essa avaliação é feita no início do contrato.

Na data de início do arrendamento, o arrendador reconhece um ativo financeiro equivalente ao investimento líquido no arrendamento, que corresponde ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento a receber, acrescido do valor residual garantido.

O arrendamento é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros implícita no arrendamento. A receita é reconhecida ao longo do prazo do contrato, refletindo uma taxa de retorno constante sobre o saldo remanescente da operação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

v. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN n^o 4.966/21, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

vi. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia adota o modelo completo de perda esperada de crédito para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, conforme previsto na Resolução CMN n^o 4.966/21.

Esse modelo aplica-se a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar que não sejam canceláveis incondicionalmente pela instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

A mensuração da perda esperada é baseada em um modelo de três estágios, conforme o nível de deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A estimativa da perda esperada incorpora informações históricas de inadimplência, dados atuais sobre a situação financeira da contraparte; projeções macroeconômicas e cenários múltiplos ponderados por probabilidade.

A Companhia utiliza modelos coletivos para mensuração da perda esperada em carteiras homogêneas, para operações de varejo, conforme permitido pela norma.

Conforme previsto na Resolução BCB nº 352/23, a companhia deve mensurar também a perda incorrida das operações, considerando essa um componente da perda esperada e deve ser aplicada apenas sobre ativos financeiros inadimplidos, com atraso superior a 90 dias. A perda incorrida deve corresponder ao valor resultante da aplicação de percentuais definidos no Anexo I da resolução, observados os períodos de atraso e as carteiras, sobre o valor contábil bruto do ativo.

vii. Critérios para recuperação de crédito

Em conformidade com os critérios estabelecidos para avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros, um instrumento financeiro anteriormente classificado como ativo com problema de recuperação de crédito é reavaliado e descaracterizado dessa condição, com base nos seguintes fatores:

Inexistência de Parcelas Vencidas: O ativo não apresenta parcelas vencidas, sejam elas referentes ao principal ou aos encargos, evidenciando regularidade nos pagamentos.

Manutenção de Pagamentos Tempestivos: Foi observado o pagamento pontual do principal e dos encargos por período suficiente para demonstrar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte. Esse comportamento indica que a contraparte retomou sua capacidade de honrar suas obrigações de forma consistente.

Cumprimento das Obrigações Contratuais: Além dos pagamentos, a contraparte tem cumprido todas as demais obrigações contratuais por período igualmente suficiente, reforçando a evidência de recuperação financeira.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2025, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 13.473, classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação em 30 de junho de 2025 de R\$ 51.755, classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 27 e a Resolução CMN n^o 4.535/16.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Resolução CMN n^o 4.924/21, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*” e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2025, baseadas nos critérios definidos na Instrução Normativa BCB n^o 319/2022 e na Resolução CMN n^o 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN n^o 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata temporis*” para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda n^o 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano; e
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

m) Resultado não Recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB n^o 02/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e o efeito financeiro dos eventos que deram origem ao resultado não recorrente devem ser evidenciados em notas explicativas.

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Jun/2025
Disponibilidades em Moeda Nacional	5
Total	5

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO

Em conformidade com a Resolução CMN n^o 4.966/21, a partir de 01/01/2025, os instrumentos financeiros do Banco passaram a ser classificados e mensurados conforme os critérios estabelecidos pela nova regulamentação. Não houve alterações nas categorias de mensuração dos instrumentos financeiros.

a) Instrumentos Financeiros - Classificação por Categorias

Os ativos financeiros estão abaixo demonstrados conforme definidos no modelo de negócios do Banco, para a gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos nas seguintes categorias:

Categoria custo amortizado: Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e as Operações de crédito, cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa futuros contratualmente previstos, contemplando os pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

Categoria valor justo no resultado: Títulos e Valores Mobiliários com Cotas De Fundos de Investimento, onde o ganho ou perda é reconhecido diretamente no resultado do Banco.

Abaixo a categoria de mensuração e o valor contábil no semestre findo em 30 de junho de 2025:

	Jun/2025
Ativos financeiros ao Custo Amortizado e Arrendamento¹	12.562.210
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	402.513
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	402.513
Operações de Crédito	12.096.399
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	448.332
Financiamentos	11.648.067
Arrendamento Financeiro	63.298
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	156.068
Títulos e Valores Mobiliários - Cotas De Fundos de Investimento	156.068
Total	12.718.278

¹ Os montantes estão líquidos das perdas esperadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

b) Composição da Carteira de Operações Compromissadas

	Jun/2025
Aplicação de Mercado Aberto - NTN	402.513
Aplicação de Mercado Aberto - LTN	-
Total	402.513

No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 42.168.

c) Composição de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

	Jun/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cotas de Fundo de Investimento	-	156.068	-	156.068
Total	-	156.068	-	156.068

Os Títulos e Valores Mobiliários são representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") Banco GM - Financiamento a Concessionários. No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 13.586.

O Fundo investido, administrado pela S3 CACEIS BRASIL DTVM S.A. e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda., iniciou suas operações em 10 de novembro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira data de emissão ou data em que a última série de cotas seniores for integralmente resgatada, o que ocorrer primeiro. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo para as cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que se desconta a remuneração das outras classes de quotas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade a Resolução CVM n^o 175/22, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 75%
Cotas subordinadas ¹	Mínimo de 25%

¹ Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 25% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

d) Composição de Carteiras de Operações de Crédito

	Jun/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	448.332
Empréstimos - Capital de Giro	74.399
Direitos creditórios descontados	373.933
Financiamentos	11.648.067
Crédito Direto ao Consumidor – CDC	11.021.572
<i>Floor Plan</i> ¹	626.495
Total	12.096.399

¹ Financiamento de veículos e peças para a rede de concessionários Chevrolet.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO – RISCO DE CRÉDITO

a) Ativos Financeiros – Classificação por Estágios de Risco de Crédito

O Banco avalia a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de resultado, aplicando a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito:

Estágio 1: Ativos com risco de crédito não deteriorado significativamente. A provisão é calculada com base na perda esperada em 12 meses.

Estágio 2: Ativos com aumento significativo no risco de crédito. A provisão é baseada na perda esperada durante toda a vida do ativo.

Estágio 3: Ativos com evidência objetiva de perda (inadimplência). A provisão também considera a perda esperada durante toda a vida, com reconhecimento separado da receita financeira.

	Jun/2025			
Saldo Contábil Bruto	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	402.513	-	-	402.513
Operações de Crédito	11.838.231	358.326	192.321	12.388.878
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	431.234	17.828	-	449.062
Financiamentos	11.406.997	340.498	192.321	11.939.816
Arrendamento Financeiro	63.308	-	-	63.308
Total	12.304.052	358.326	192.321	12.854.699

b) Ativos Financeiros – Classificação por Carteiras de Provisão

A classificação nas carteiras é prevista na Resolução BCB nº 352/23 e considera o tipo de operação e suas garantias, sendo C1 operações com menor grau de risco e garantias mais eficazes e C5 operações com maior grau de risco e garantias menos eficazes ou sem garantias.

	Jun/2025						
	C1	C2	C3	C5	Saldo Contábil	Provisão	%
Não Problemáticos	31.940	11.616.482	979.506	34.450	12.662.378	173.982	1,37%
De 0 a 14 dias de atraso	31.940	11.249.513	979.506	34.450	12.295.409	111.464	0,91%
De 15 a 30 dias de atraso	-	196.841	-	-	196.841	14.416	7,32%
De 31 a 60 dias de atraso	-	110.119	-	-	110.119	26.002	23,61%
De 61 a 90 dias de atraso	-	60.009	-	-	60.009	22.100	36,83%
Problemáticos Adimplidos	-	25.147	-	-	25.147	14.624	58,15%
De 0 a 90 dias de atraso	-	25.147	-	-	25.147	14.624	58,15%
Problemáticos Inadimplidos	-	167.174	-	-	167.174	103.883	62,14%
Atraso superior a 90 dias	-	167.174	-	-	167.174	103.883	62,14%
Total	31.940	11.808.803	979.506	34.450	12.854.699	292.489	2,28%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

c) Provisão para Perda Esperada – Classificação por Estágios de Risco de Crédito

Jun/25					
Estágios	Saldo Contábil	Perda Incorrida	Perda Esperada	Provisão	%
1	12.304.052	-	97.321	97.321	0,79%
2	358.326	-	76.661	76.661	21,39%
3	192.321	76.324	42.183	118.507	61,62%
Total	12.854.699	76.324	216.165	292.489	2,28%

Jun/2025				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	87.187	55.288	90.229	232.704
(+) Novas Operações	22.774	-	-	22.774
Operações com mais de 30 dias de atraso	-	3.100	137	3.237
(+/-) Remensuração de risco	57.411	7.390	7.467	72.268
(-) Baixas para prejuízo	-	-	(38.494)	(38.494)
(+/-) Transferências de Estágios	(70.051)	10.883	59.168	-
<i>Entre estágio 1 e 2</i>	<i>(36.338)</i>	<i>36.338</i>	-	-
<i>Entre estágio 1 e 3</i>	<i>(33.713)</i>	-	<i>33.713</i>	-
<i>Entre estágio 2 e 3</i>	-	<i>(25.455)</i>	<i>25.455</i>	-
Saldo Final	97.321	76.661	118.507	292.489

A estimativa da perda de crédito esperada envolve o uso de premissas relevantes e a aplicação de modelos quantitativos. A área de risco de crédito é responsável por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda de crédito esperada e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão, conforme definido na Política de Risco de Crédito, a área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada, além de estabelecer um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

A Administração exerce julgamento técnico para avaliar se os valores estimados pelos modelos refletem adequadamente o risco de crédito. Com base em sua experiência, podem ser realizados ajustes adicionais, especialmente em casos específicos de clientes ou em situações temporárias que ainda não estejam capturadas pelos modelos utilizados.

As principais premissas consideradas na estimativa da perda de crédito esperada são:

Definição de critérios para identificar alterações significativas no risco de crédito: O Banco estabelece critérios para identificar aumentos relevantes no risco de crédito de um ativo financeiro desde o seu reconhecimento inicial. Essa avaliação é feita individualmente para ativos específicos e, no caso das carteiras de varejo, também de forma coletiva.

Para a análise coletiva das carteiras de varejo, os ativos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, considerando fatores como dias de atraso, prazo remanescente, entre outros aspectos relevantes. Já nas carteiras de atacado, a avaliação é realizada individualmente embasada em política global da companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

No Varejo, o Banco possui 7 grupos homogêneos: 3 grupos no Estágio 1, 3 grupos no Estágio 2 e 1 grupo no Estágio 3. A concentração média de risco das operações de crédito por grupos homogêneos é de 2,6%.

A reclassificação de um ativo para um estágio anterior ocorre quando há uma redução consistente e sustentável do risco de crédito, evidenciada principalmente por pagamentos recorrentes e pela ausência de acionamento dos gatilhos de deterioração de crédito.

Prazo Contratual Máximo: Para ativos financeiros sem vencimento definido, o Banco estima sua vida útil esperada com base no período em que há exposição ao risco de crédito, considerando os termos contratuais vigentes, incluindo cláusulas de pré-pagamento e possibilidade de renovação.

Informações Prospectivas: O Banco incorpora projeções macroeconômicas e dados públicos, complementados por estimativas internas, para avaliar o impacto dessas informações na mensuração da perda de crédito esperada. O principal indicador utilizado é a inadimplência projetada, que está diretamente relacionada a variáveis como o Produto Interno Bruto (PIB).

A construção dos cenários macroeconômicos envolve riscos e incertezas inerentes ao mercado, podendo resultar em desfechos diferentes dos inicialmente previstos. Para refletir essas possibilidades, o Banco adota cenários ponderados na estimativa da perda de crédito esperada, considerando um horizonte de tempo compatível com a classificação dos ativos em estágios. Esses cenários são revisados anualmente ou sempre que houver mudanças relevantes nas condições de mercado.

7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Jun/2025
Depósitos Judiciais ¹	1.041.996
Créditos Tributários - IR e CS (nota 12c)	710.240
Impostos a Recuperar ²	165.186
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 25e) ³	80.928
Devedores Diversos – País ⁴	50.844
Adiantamentos e Antecipações Salariais	5.584
Outros	160
Total	2.054.938
Ativo Circulante	302.702
Ativo Não Circulante	1.752.236
Total	2.054.938

¹ Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas “Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas” (nota 14) e “Provisão para riscos e obrigações legais” (nota 15). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 22, respectivamente).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

² Refere-se substancialmente à crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores no montante de R\$ 115.630 e antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente que juntos somam R\$ 43.255.

³ Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de “Floor Plan” e CDC junto à General Motors do Brasil Ltda. no valor de R\$ 55.617, e reembolso de despesas administrativas da General Motors Financial Inc. no valor de R\$ 15.182.

⁴ Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros ativos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, “Floor Plan” e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 50.844.

8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA

a) Ativos não financeiros mantidos à venda

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para a redução ao valor recuperado, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

	Jun/2025
Bens Não de Uso Próprio	19.131
Provisão Para Redução ao Valor Recuperável	(4.976)
Total	14.155

	Jun/2025	
	Saldo Contábil	Provisão
Saldo inicial	16.059	(6.534)
Veículos Retomados	41.670	(5.610)
Veículos Vendidos	(38.598)	7.168
Saldo Final	19.131	(4.976)

b) Despesas antecipadas:

	Jun/2025
Operações Securitizadas (i)	5.996
Operações de Captações Acordados com Corretoras (ii)	825
Seguros Antecipados	4.290
Outras Despesas Antecipadas	67
Total	11.178
Ativo Circulante	7.144
Ativo Não Circulante	4.034
Total	11.178

¹ Refere-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com instituições financeiras.

² Refere-se a apólices de seguros pagos cujo diferimento perdura até o prazo de vencimento pactuado com a seguradora. Em 30 de junho de 2025 os valores de despesas com seguros representaram R\$ 11.641 (nota 20).

³ Refere-se ao custo das operações de captações acordados com as corretoras, com uma taxa anual de 0,70%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

Dados das Controladas	Jun/2025		Total
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	
Patrimônio Líquido	801.567	29.837	831.404
Participação no Capital	99,99%	99,99%	

Movimentação dos Investimentos	Jun/2025		Total
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	
Saldo Inicial do Período	755.897	86.103	842.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	45.670	23.723	69.393
Distribuição de dividendos ¹	-	(79.992)	(79.992)
Saldo Final do Período	801.567	29.834	831.401

¹ Em 18 de junho de 2025, foi aprovada a ata da reunião de quotistas da GM Corretora de Seguros Ltda a distribuição de dividendos ao Banco GM no valor total de R\$ 79.992.

10. ATIVO IMOBILIZADO

	Jun/2025					Total
	Móveis e Equipamentos	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	Direito de Uso	
Custo Inicial do Período	2.986	437	6.485	-	-	9.908
Efeito adoção Res. CMN nº 4.975/21	-	-	-	-	46.602	46.602
Aquisições	-	146	794	-	7.654	8.594
Alienações	-	-	-	-	(2.608)	(2.608)
Depreciação	(151)	(92)	(1.058)	(2)	(3.200)	(4.503)
Imobilizado de uso no fim do período	2.835	491	6.221	(2)	48.448	57.993

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros

Instrumentos	Indexador	Remuneração	Valor da Operação		Valor Atualizado
			Jun/2025	Jun/2025	Jun/2025
Depósitos Interfinanceiros	Pós-Fixado	100,0% a 107,5% do CDI	1.010.000		1.080.357
	Prefixado	11,92% a.a a 14,28% a.a	440.000		449.250
Total			1.450.000		1.529.607
Depósitos a prazo	Pós-Fixado	95,0% a 125% do CDI	1.877.644		2.054.743
	Prefixado	6,67% a.a a 14,06% a.a	918.406		985.858
Total			2.796.050		3.040.601
Letras Financeiras	Pós-Fixado	100,0% a 109,0% do CDI	4.332.100		5.157.799
	Prefixado	10,67% a.a a 11,43% a.a	1.173.500		1.272.159
Total			5.505.600		6.429.958
Passivo de Arrendamento ¹	Prefixado	IPCA	48.448		53.103
Total			48.448		53.103
Total de depósitos e instrumentos financeiros			9.800.098		11.053.269
Passivo Circulante					6.650.915
Passivo Não Circulante					4.402.354
Total					11.053.269

¹ Refere-se a contrato de direito de uso de instalações físicas no montante de R\$ 30.851 e veículos corporativos R\$ 22.252 (Nota 24e), necessários para a operação do Banco.

b) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros por faixas de vencimentos

	Jun/2025				Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima 12 meses	
Depósitos Interfinanceiros	475.627	107.090	946.890	-	1.529.607
Depósitos a prazo	738.333	997.783	739.193	565.292	3.040.601
Letras Financeiras	938.833	732.269	921.794	3.837.062	6.429.958
Passivo de Arrendamento	16.506	1.793	20.161	14.643	53.103
Total	2.169.299	1.838.935	2.628.038	4.416.997	11.053.269

c) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	Jun/2025
Letras Financeiras	(405.347)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(202.336)
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	(143.107)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(1.934)
Total	(752.724)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Jun/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes da Tributação	286.652	286.652
Alíquotas	25%	20%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(71.663)	(57.330)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes		
Participações no lucro e resultado	4.536	3.629
Resultado de equivalência patrimonial	17.348	13.878
Outras adições/exclusões permanentes	(1.824)	(299)
Total IR e CS Sobre Despesas Permanentes	20.060	17.208
Incentivos Fiscais ¹	1.155	-
Ajuste de imposto corrente período anterior ²	678	934
Adicional do imposto de renda	12	-
Total outros efeitos sobre diferenças permanentes	1.845	934
Despesa de IR e CS no Período	(49.758)	(39.188)
Total	(88.946)	

¹ Do total dos incentivos fiscais, R\$1.155 refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo Decreto 9.580 em seus artigos 641 a 647.

² O ajuste é referente a reversão de reserva de valor de principal em processo judicial de anos anteriores.

b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	Jun/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos no Período	(46.958)	(36.090)
IR e CS Correntes do Período Anterior	677	934
Constituição / Realização de Impostos Diferidos:	(3.477)	(4.032)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	-
Provisão Para Operação de Crédito	(1.635)	(1.308)
Provisões Para Riscos Fiscais	5.965	4.772
Outras Adições Temporárias	(2.713)	(2.169)
Correção (Reversão) de Depósitos Judiciais	(6.657)	(5.327)
Superveniência de Depreciação	1.563	-
Despesa de IR e CS no Período	(49.758)	(39.188)
Total	(88.946)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Jun/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	79.624	-
Adições temporárias:		
Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	107.306	85.844
Provisão Para Riscos Fiscais	216.306	172.732
Insuficiência de Depreciação	12.939	-
Outras Adições Temporárias ¹	19.716	15.773
Total de Créditos Tributários IRPJ e CSLL	435.891	274.349
Total de Créditos Tributários	710.240	

¹ Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos de PLR.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2025:

	Imposto de Renda		Contribuição Social		Valor Contábil	Valor Presente
	Imposto de Renda		Contribuição Social			
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal		
2025	21.475	-	15.300	-	36.775	31.998
2026	47.967	-	35.840	-	83.807	73.143
2027	138.579	-	104.925	-	243.504	213.957
2028	31.070	34.760	19.054	-	84.884	74.953
2029	28.762	35.693	24.460	-	88.914	78.622
2030	37.671	9.171	31.274	-	78.117	69.075
2031	34.495	-	29.046	-	63.541	56.171
2032	10.441	-	9.803	-	20.244	17.887
2033	1.596	-	1.277	-	2.873	2.537
2034	4.211	-	3.368	-	7.579	6.691
Total	356.266	79.624	274.349	-	710.239	625.035

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 625.035, calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Os créditos tributários foram avaliados para fins de realização tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

As perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas serão excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	Jun/2025		
	Saldo Inicial	Constituições (Realizações) ¹	Saldo Final
Créditos Tributários			
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	206.759	10.737	193.150
Riscos Fiscais	378.303	(2.943)	389.038
Insuficiência	11.376	1.563	12.939
Outras Adições Temporárias	39.027	(14.207)	35.489
Total de adições temporárias	635.465	(4.850)	630.616
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	-	-	-
Total de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários	715.089	(4.850)	710.240
Obrigações Fiscais Diferidas			
Atualização de Depósitos Judiciais	(252.776)	(11.985)	(264.761)
Total de Créditos Tributários s/ Diferenças Temporárias (nota 14)	(252.776)	(11.985)	(264.761)
Total Líquido	462.313	(16.835)	445.479

¹ O valor das constituições/realizações líquidas inclui o montante de R\$ 9.325 referente ao ajuste decorrente da adoção inicial das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e 4.975/2021. Esse ajuste foi registrado diretamente no patrimônio líquido, conforme previsto nas referidas normas. Em razão dessa contabilização direta no patrimônio líquido, o valor não está refletido na linha de ativo fiscal diferido apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	Jun/2025
Obrigações por Operações de Venda e Transferência de Ativos de Crédito (nota 7i) ¹	367.956
Credores Diversos - País	48.968
Valores a Pagar de Pessoal	48.527
Valores a Pagar de Fornecedores Diversos	33.413
Valor a Pagar de Sociedades Ligadas (nota 24e)	15.556
Valores a Repassar a Seguradoras	15.449
Total	529.869
Passivo Circulante	529.869
Passivo Não Circulante	-
Total	529.869

¹ Refere-se ao passivo das operações cedidas para FIDC.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

	Jun/2025
Provisão Para Imposto Diferido Sobre Atualização de Depósitos Judiciais (nota 12e)	264.761
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	83.049
Outros Impostos Indiretos a Pagar	24.766
Total	372.576
Passivo Circulante	107.815
Passivo Não Circulante	264.761
Total	372.576

15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	Jun/2025
Provisões para Riscos Fiscais	907.474
Provisões para Riscos Cíveis	30.195
Provisões para Riscos Trabalhistas	12.332
Total	950.001

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Jun/2025			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	883.617	13.778	24.438	921.833
Constituições / (Reversões)	23.994	70	9.059	33.123
Valores Pagos no Período	(137)	(1.516)	(3.302)	(4.955)
Saldo no Final do Período	907.474	12.332	30.195	950.001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) **Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:**

	Jun/2025	
	Quantidade de Processos	Montante (R\$)
Cíveis	298	8.415
Fiscais	269	313.963
Trabalhistas	10	4.142
Total	593	326.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

d) Contingência passiva remota - Dedutibilidade de ágio

Conforme determina o CPC 25, não há obrigatoriedade de constituição de provisão, tão pouco de divulgação de contingências passivas classificadas como remotas, ainda assim, estamos realizando a divulgação, por boas práticas e transparência, que o Banco discute judicialmente a glosa da dedutibilidade de ágio gerado em operação societária ocorrida em 2004 e deduzida nas bases de IRPJ e CSLL nos anos de 2005 a 2009 e 2012, no valor de R\$ 433.899, cuja expectativa de perda dada ao caso por seus assessores legais é remota.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 1.141.400 quotas expressas no montante de R\$ 2.016.479 sendo R\$ 2.016.471 de domiciliados no país e R\$ 8 de domiciliados no exterior.

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

No primeiro semestre de 2025 não houve pagamentos de valores a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio referente ao resultado líquido de 2024.

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2025 é de R\$ 765.754

17. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

No semestre findo em 30 de junho de 2025, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	<u>Jun/2025</u>
Rendas de Financiamentos	1.224.534
Rendas de Empréstimos	6.837
Rendas de Arrendamento Mercantil	5.347
Total	1.236.718

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

18. DESPESA DE PESSOAL

No semestre findo em 30 de junho de 2025 foram reconhecidas “Despesas com Pessoal”, conforme demonstrado:

	Jun/2025
Despesas com Proventos	(56.161)
Despesas com Encargos Sociais	(22.190)
Despesas de Benefícios	(19.764)
Outras Despesas de Pessoal	(144)
Total	(98.259)

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição no período:

	Jun/2025
Recorrente	(168.462)
Serviços Técnicos Especializados	(70.163)
Propaganda e Publicidade	(20.100)
Comissões Pagas às Concessionárias	(19.874)
Sistemas de Processamento de Dados	(12.958)
Despesas com Sistema Financeiro	(11.641)
Outras	(10.252)
Serviços de Terceiros	(7.855)
Direito de Uso ¹	(4.648)
Amortizações e Depreciações	(4.504)
Despesas Tributárias Administrativas	(2.883)
Seguros	(1.169)
Emolumentos cartorários	(1.046)
Locação de Veículos (Nota 24e)	(773)
Sistemas de Comunicação	(596)
Total	(168.462)

¹ Refere-se ao direito de uso de instalações físicas no montante de R\$ 1.551 e veículos corporativos R\$ 3.097 (Nota 24e).

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição no período:

	Jun/2025
Recorrente	86.965
Recuperação de Despesas	36.476
Atualização Monetária Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	33.079
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	16.955
Reversão de Provisão Operacional	33
Outras Receitas Operacionais	422
Total	86.965

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

	Jun/2025
Recorrente	(15.899)
Juros e Cobrança	(13.032)
Juros e Multas	(2.788)
Outras Despesas Operacionais	(79)
Total	(15.899)

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

	Jun/2025
COFINS	(22.453)
ISS	(5.012)
PIS	(3.751)
Total	(31.216)

23. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários da Diretoria Executiva	Jun/2025
Remuneração Fixa	2.775
Remuneração Variável	2.515
Total	5.290

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.693/18, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições; e
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

e) Transações com Partes Relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos períodos, podem ser resumidos como segue:

	Jun/2025			
	Controladoras ¹	Controladas ²	Outras ³	Total
Ativo/(Passivo)	3.146	(595.509)	(181.752)	(774.115)
Outros Ativos (nota 7)	15.350	7.185	58.393	80.928
Captações em Depósitos a Prazo	(3.911)	(602.694)	(210.630)	(817.235)
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	(8.293)	-	(7.263)	(15.556)
Direito de Uso	-	-	(22.252)	(22.252)
	Jun/2025			
	Controladoras ¹	Controladas ²	Outras ³	Total
Receita/(Despesa)	33.451	346	(291)	33.506
Rendas de Prestação de Serviços	33.731	35.613	15.221	84.565
Despesa Direito de Uso	-	-	(4.648)	(4.648)
Despesa com captação	(280)	(35.267)	(10.091)	(45.638)
Despesa com locação (nota 20)	-	-	(773)	(773)

¹ General Motors Financial Inc. e General Motors Investment Participações Ltda.

² GMAC Administradora de Consórcio Ltda. e GM Corretora de Seguros Ltda.

³ General Motors do Brasil Ltda., GMF Serviços de Mobilidade Ltda. e GM Corretora de Seguros de Consórcio Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

24. GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com à regulamentação vigente, às práticas adotadas no mercado, e às recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar à CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pela CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprimindo e reportando à CRO;
- (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização. O risco de crédito do instrumento financeiro será determinado pela probabilidade de o instrumento tornar-se um ativo com problema de recuperação de crédito nos 12 (doze) meses seguintes à data da avaliação no Estágio 1 e durante todo o prazo esperado do instrumento (lifetime) no Estágio 2. No Estágio 3, o instrumento financeiro já é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático). A governança e mensuração da perda de crédito esperada está descrito na Nota 6;
- (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;
- (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos adequadamente para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- (vii) Riscos Social, Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;
- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequadas, ou de falta destas, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiros, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto da perspectiva de continuidade.
- (xiv) Risco País – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco país como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdição estrangeira, incluindo também: o risco soberano, no caso de exposição assumida perante governo central de jurisdição estrangeira; e o risco país indireto, no caso de evento relacionado a jurisdição estrangeira diversa daquela onde está localizada a contraparte ou o emissor de instrumento mitigador de risco associado a exposição assumida pela instituição, quando a contraparte ou o emissor possam ser significativamente impactados pelo respectivo evento. O Risco País é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- (xv) Risco de Transferência – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco de transferência como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigação perante a instituição, no caso em que esses recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação. O Risco de Transferência é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

25. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2025 foi de 22,73%.

	Jun/2025
PR - Patrimônio de Referência	2.702.608
Capital Social, Reavaliações e Reservas de Lucro	2.782.232
Ajuste Prudencial	(79.624)
Ativos Ponderados Pelos Riscos (RWA)	11.888.647
Risco de Crédito (RWACpad)	10.989.989
Privado Bancário	9.504.819
Privado Não Bancário	790.747
Público Não Bancário	694.423
Risco Operacional (RWAOpad)	898.658
PR Mínimo Obrigatório para RWA	957.462
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.745.146
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	191.213
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.553.933
Adicional de Conservação de Capital	299.207
Índice de Basileia	22,73%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

26. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 28 de julho de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no valor total de R\$ 200.000. Este evento ocorreu após a data do balanço patrimonial de 30 de junho de 2025 e, foi contabilizado como redução do patrimônio líquido no período em que foi aprovado.